

## TEORIA DA CRISE E A QUEDA DA TAXA DE LUCRO<sup>1</sup>

### RESUMO

David Harvey apresenta uma crítica à importância dada à lei da queda tendencial da taxa de lucro, sugerindo que Marx derivou a “lei” de pressupostos “draconianos” e que Engels foi bem mais entusiasta dela do que Marx, que nunca voltou adiante à teoria apesar de sua evidente incompletude. Portanto, ele argumenta, não deveríamos levar suas conclusões teóricas muito longe. Em sua visão, Marx concebeu as crises como erupções momentâneas e violentas que resolviam as contradições existentes, que podem ser consideradas oportunidades para a reconstrução capitalista ao invés de um sinal do fim eminente do capitalismo. Harvey defende que a taxa de lucro pode ser estabilizada por uma variedade de fatores como uma desvalorização do capital constante devido à mudança tecnológica, a monopolização ou a aceleração do tempo de rotação tanto na produção como na circulação. Ele argumenta, ainda, que um aumento da produtividade que não seja associado a perdas de emprego não reduziria a produção de mais-valia. Ademais, uma queda nas taxas de lucro pode resultar de muitos outros motivos além do aumento da composição orgânica do capital.

### ABSTRACT

David Harvey's article argues against the importance given to the law of the tendency of the rate of profit to fall (TRPF), suggesting that Marx derived the “law” under “draconian” assumptions and that Engels was far more enthusiastic about it than Marx, who never went back to the theory later in his life despite its evident incompleteness. Therefore, he argues, we should not take his theoretical conclusions too far. In his view, Marx perceived crises as momentary and violent eruptions that resolve the existing contradictions which can be considered as opportunities of capitalist reconstruction rather than a sign of the imminent end of capitalism. Harvey argues that the rate of profit can be stabilized by a variety of factors such as a devaluation of the existing constant capital due to technical change, monopolization, or accelerating turnover times in both production and circulation. He argues, moreover, that a productivity increase that is not associated with job losses would not reduce surplus value production. Moreover, a fall in profit rates could result from a number of reasons rather than an increase in the organic composition of capital.

#### **David Harvey**

City University of New York  
(CUNY)  
dharvey@gc.cuny.edu

#### **Tradução**

#### **Cássio Arruda Boechat**

Universidade Federal do Espírito  
Santo (UFES)  
cassio.boechat@ufes.br

**1** - O texto em questão é o capítulo 3 do livro *The Great Financial Meltdown*, organizado por Turan Subasat (Edward Elgar Publishing, Northampton, EUA, 2016). Agradecemos imensamente a gentil cessão pelo Prof. David Harvey, por meio de e-mails, dos seus direitos autorais, permitindo que essa tradução pudesse ser realizada [NT].

Em meio a crises, marxistas frequentemente apelam para a teoria da tendência de queda da taxa de lucro como uma explicação subjacente (p. ex., Carchedi, 2011; Kliman, 2012; Shaikh, 2010; Moseley, 1990). Numa apresentação recente, por exemplo, Michael Roberts (2014) atribui a essa tendência a atual longa depressão. A tendência ou lei opera da seguinte maneira:

1. A concorrência força produtores capitalistas a investir em tecnologias poupadoras de trabalho para preservar suas fatias de mercado.
2. O valor dos meios de produção consumidos ( $c$ , o capital constante) tende a superar o valor da força de trabalho ( $v$ , o capital variável) empregada.
3. Aumenta a razão entre capital constante e capital variável empregado (a produtividade ou composição-valor do capital,  $c/v$ ). Se a taxa de exploração ( $m/v$ , a razão entre mais-valia produzida e capital variável empregado) se mantiver inalterada, então a taxa de lucro ( $m/c+v$ ) cairá.
4. Existem, no entanto, tendências contrariantes. A taxa de exploração da força de trabalho pode subir. O capital constante pode baratear com o aumento da produtividade em setores provedores de maquinaria, matérias-primas e produtos intermediários. Porém, essas tendências contrariantes seriam insuficientes, conforme é afirmado, para anular a tendência

decrecente na taxa de lucro no longo prazo. “Assim”, conclui Roberts, “a lucratividade tende a cair e o capitalismo se dirige a crises, num movimento interrompido apenas por curtos períodos de crescimento”.

Essa lei pinta um cenário teórico factível para o curso da lucratividade do capital ao longo do tempo. Roberts reforça sua posição incluindo uma vasta gama de gráficos e dados estatísticos sobre taxas de lucro decrescentes como prova da validade da lei. Se os dados realmente sustentam seu argumento depende: (1) da confiabilidade e adequação dos dados em relação à teoria; e (2) se há mecanismos distintos dos que Roberts descreve que podem resultar em lucros decrescentes. Então, o que pode estar errado no argumento?

Marx se aproximou de sua tarefa teórica por meio de uma crítica da Economia Política clássica. Nos *Grundrisse* foi, primeiramente, a versão de Ricardo da lei da queda dos lucros que Marx se pôs a criticar e deslocar. Ricardo atribuiu a queda dos lucros à tese de Malthus da queda marginal de produtividade da terra. Isso significaria preços crescentes de alimentos que teriam que corresponder a salários crescentes. Preços crescentes de alimentos confeririam poder à classe de proprietários de terras e levariam ao aumento dos arrendamentos particularmente nas terras mais férteis. Os lucros do capital produtivo seriam, assim, espremidos entre salários e renda da terra crescentes. Esse seria o presságio



Revista do Programa de Pós-Graduação  
em Geografia e do Departamento de  
Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709

definitivo do fim do capitalismo industrial.

Marx estava, obviamente, atraído por essa ideia, mas era relutante em atribuir a mudança social a causas naturais (como a escassez natural ou os limites malthusianos). Então, buscou uma razão para os lucros decrescentes nas contradições internas do capital. Isso é o que faz a sua versão da teoria. É a produtividade sempre crescente do capital, forjada pela busca perpétua da concorrência por mais-valia relativa, que leva a taxa de lucro a cair. Nos *Grundrisse*, Marx (1973, p. 750-754) chegou até a sugerir que isso se revelaria ser o “coveiro” definitivo do capitalismo. Marx derivou a lei de certos pressupostos. Confinou sua teorização ao longo de boa parte do *Capital*, como já mostrei em outra ocasião, ao que chamou de esfera da generalidade com aparência de lei. Ele excluiu de seu raciocínio qualquer consideração de condições universais (os caprichos da relação com a natureza), de particularidades (arranjos distributivos, lutas de classe e outras disputas em torno da apropriação da mais-valia e o estágio da concorrência) e de singularidades (como as fantasias com a moda por parte do consumidor e os efeitos das políticas estatais). Examinou como o capital funcionava no que considerou um estado “puro” (Harvey, 2012). O fato de Marx ter excluído tanto de sua obra magna não deve levar a se considerar que ele achava que a relação com a natureza, que as particularidades dos arranjos distributivos e

do mercado e as singularidades das escolhas humanas fossem irrelevantes ou em alguma medida fatores menores de qualquer sistema social. Seus escritos mais históricos e políticos sugerem exatamente o oposto. Porém, a paisagem teórica que escolheu para explorar no *Capital* e que encerra sua teoria da queda da taxa de lucro é bem mais restrita.

Marx especificou pressupostos até mais restritos ao construir sua “lei geral de acumulação capitalista” no Livro 1 do *Capital*. Primeiramente, os capitalistas não teriam problemas para vender seus bens segundo seus valores no mercado ou reinvestir na produção a mais-valia que ganham. Todas as mercadorias seriam comercializadas de acordo com seus valores (com a exceção da força de trabalho, cujo valor aumenta ou cai dependendo do vigor da acumulação), sem problema para encontrar mercado e sem ausência de demanda efetiva. Em segundo lugar, a maneira como a mais-valia é “dividida entre várias partes... tais como lucro, juros, ganhos obtidos no comércio, renda da terra, etc.” (Marx, 1976, pp. 709-710) é excluída da consideração. Em terceiro, Marx afirma:

para examinar o objeto de nossa investigação em sua integridade, livre de quaisquer circunstâncias subsidiárias que o disturbem, temos que tratar o mundo todo como uma única nação e pressupor que a produção capitalista está estabelecida em toda parte e tomou conta de cada ramo da indústria (Marx, 1976, p. 727).

Todos esses pressupostos são transferidos para a derivação de Marx da queda da taxa de lucro no Livro 3. Em ambos os livros, Marx constrói modelos altamente simplificados

das dinâmicas da acumulação de capital derivados da teoria da mais-valia absoluta e relativa operando em um sistema fechado caracterizado pela concorrência perfeita e pela ausência de dificuldades para a realização e para a distribuição da mais-valia. Embora os dois modelos revelem importantes características das dinâmicas do capital, eles não podem receber o *status* de qualquer coisa próxima da verdade absoluta de tais dinâmicas quando o capital é visto como um todo. Ambos os modelos são tão bons quanto seus pressupostos permitem. A unidade contraditória entre produção e realização é reprimida, assim como são as contradições entre produção e distribuição, entre monopólio e concorrência, entre outras coisas. Isso restringe severamente a aplicabilidade das leis derivadas.

Não estou criticando Marx por lidar com tais abstrações. Ele foi um brilhante pioneiro em nos ensinar como enfrentar as complexidades da acumulação de capital ao formular abstrações e se engajar no que chamaríamos hoje de modelagem de sistemas econômicos. Enquanto Marx escrupulosamente expõe seus pressupostos no Livro 1, ele não o faz no caso da teoria da queda da taxa de lucro. Isso é compreensível dada a natureza preparatória dos materiais que chegaram até nós. Alguns proponentes da lei da queda dos lucros, entretanto, fizeram uma leitura diferente e, a meu ver, infeliz das exclusões de Marx. Se Marx pôde ignorar questões de distribuição (em particular o papel das finanças,

do crédito e do capital portador de juros) de sua demonstração da lei da queda dos lucros, então, isso implica, sugerem eles, que a financeirização não teve nada a ver com a quebra de 2007/2008. Essa afirmação soa ridícula face o curso real dos acontecimentos. Também não implica banqueiros e financistas no que diz respeito ao seu papel na criação de crises.

A natureza draconiana dos pressupostos de Marx deveria nos fazer cautelosos quanto a levar suas conclusões muito longe. A produção de um exército industrial de reserva cada vez mais empobrecido, no Livro 1, e a tendência de queda da taxa de lucro, no Livro 3, são proposições contingentes. Ambas as tendências são conduzidas exclusivamente pelas dinâmicas da mudança tecnológica. Uma leitura de seus cadernos originais sugere que Marx, cada vez mais, via as crises não como um sinal da dissolução iminente do capitalismo, mas como fases da reconstrução e renovação capitalista. Assim, escreve ele: “Crises não são mais que soluções momentâneas e violentas para as contradições existentes, violentas erupções que restabelecem o equilíbrio perturbado em dado momento” (Marx, 1981, p. 357). Crises que fluem da produtividade aumentada do trabalho não desaparecem de seu pensamento, mas elas podem e devem ser suplementadas ou relacionadas a outras contradições, tais como a periódica “pletora de capital” e a crônica tendência em direção à sobreacumulação (Marx, 1981, capítulo 15; Harvey, 1982, p. 176-203).



Revista do Programa de Pós-Graduação  
em Geografia e do Departamento de  
Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709

Michael Heinrich (2009; 2013), um dos acadêmicos alemães responsáveis pela edição dos manuscritos originais de Marx, levantou uma forte polêmica ao sugerir que Marx era bem menos entusiasta acerca da lei de lucros decrescentes do que a versão editada por Engels permite (veja também Thomas e Reuten, 2014). Os protestos por parte dos aderentes à lei têm sido, no mínimo, vigorosos. Uma vez que não leio no alemão deixarei para os acadêmicos se resolverem. No entanto, acho o relato de Heinrich bastante consistente com o meu próprio ceticismo de longa data acerca da relevância geral da lei. Sabemos que a linguagem de Marx vacilava entre chamar seu achado de uma lei, chamar a lei de uma tendência e até ocasionalmente de uma mera tendência. Marx não fez nenhuma menção de qualquer tendência de queda da taxa de lucro em seus escritos políticos, tais como *A guerra civil na França*. Mesmo no Livro 3 d' *O Capital*, onde considerou as duas crises de 1848 e 1857, essas crises foram descritas como “crises comerciais e financeiras” e analisadas nos capítulos sobre o capital bancário, o crédito e as finanças. Apenas referências de passagem são feitas à queda da taxa de lucro nessas análises (Marx, 1981; capítulos 30 a 34). Também sabemos que Marx nunca retornou à teoria da queda da taxa de lucro – apesar de sua evidente incompletude e suposta importância – após 1868 (Moseley, 2014). Mesmo que não possamos explicar por que, soa estranho que Marx es-

colhesse ignorar nos últimos doze anos de sua pesquisa o que havia batizado nos *Grundrisse* como “a mais importante lei da Economia Política” (embora mesmo ali não estivesse totalmente claro se Marx estava falando da Economia Política de Ricardo ou da sua própria).

“Ao final dos anos 1870”, observa Heinrich (2013), “Marx foi confrontado com um novo tipo de crise: uma estagnação que durava anos, que se distingue agudamente de um movimento de ascensão e queda rápido e conjuntural que ele até então conhecera”. A ideia de crises como perturbações “momentâneas” não deve mais ter parecido adequada:

Nesse contexto, a atenção de Marx se volta para o agora internacionalmente importante papel dos bancos nacionais, que tiveram uma influência considerável no curso da crise. As observações reportadas por Marx deixam claro que um tratamento sistemático da teoria da crise não é possível na base imediata da lei da queda tendencial da taxa de lucro (como sugerido pela edição de Engels do terceiro livro d' *O Capital*), mas ao contrário apenas após uma apresentação do capital portador de juros e do crédito (Heinrich, 2013).

Isso explicaria por que as crises de 1848 e 1857 são chamadas de “crises comerciais e financeiras” e examinadas nos capítulos sobre bancos e finanças. Se, porém, “os bancos nacionais exercem um papel tão importante”, diz Heinrich, “então é duvidoso que o sistema de crédito possa ser apresentado categoricamente excluindo uma análise do Estado. O mesmo vale para o mercado mundial”. Marx, evidentemente, decidiu abandonar os pressupostos formais dentro dos quais ele havia antes confinado sua derivação da lei dos lucros decrescentes para, presumivelmente, torná-

-los relevantes para as dinâmicas de acumulação que realmente ocorrem. Ele também largou o nível de generalidade para trás e incorporou particularidades da distribuição (o sistema de crédito em particular) e o estágio da concorrência de mercado em sua teorização (Harvey, 2012).

Heinrich (2013; cf. também Thomas e Reuten, 2014) conclui que “um tratamento sistemático da teoria da crise não pode (...) seguir imediatamente a ‘lei da queda tendencial da taxa de lucro’, mas apenas após as categorias de capital portador de juros e crédito estarem desenvolvidas”.

O quão sério devemos levar a aparente oscilação e ambivalência de Marx depende não apenas do que fazemos dos seus pressupostos draconianos mas também da força e generalidade das tendências contrariantes que ele identifica. Os proponentes da lei tipicamente diminuem as tendências contrariantes. Marx lista seis delas no *Capital*, mas “duas das quais (mercado externo e o aumento de estoque de capital) falham em se conformarem a seus pressupostos iniciais (uma economia fechada e um conceito de mais-valia que excluem os fatos da distribuição)” (Harvey, 1982, capítulo 6; Marx, 1981, capítulo 14). Porém, sob condições reais de crise, não podemos nos dar ao luxo, como nos mostram no Livro 3 seus comentários sobre as crises de 1848 e 1857, de excluir questões sobre o mercado financeiro e de ações, uma vez que eles desempenham um papel tão im-

portante na forma de aparência se não nas causas subjacentes das crises. Tampouco podemos nos dar ao luxo, com as evidências oferecidas nos capítulos sobre dinheiro e finanças, de ignorar as influências oscilantes dos desequilíbrios do comércio exterior (“drenos de tesouro”, como eram então referidos). Marx enfatiza, é claro, as duas influências contrariantes dadas por Roberts, mas adiciona “a depressão dos salários abaixo do valor da força de trabalho, e o aumento do exército industrial de reserva” que protege certos setores das devastações do progresso tecnológico ao enfraquecer o incentivo à substituição de força de trabalho por máquinas; tecnologias inventadas na Grã-Bretanha não eram implantadas lá devido a excedentes de força de trabalho, como ele indica no Livro 1 d’*O Capital*, mas utilizadas nos Estados Unidos onde a força de trabalho era escassa (veja Marx, 1976, p. 516-517).

Nos *Grundrisse*, Marx lista uma variedade de outros fatores que podem estabilizar a taxa de lucro. Se a taxa de lucro deve ser ressuscitada, então uma forma pela qual uma crise pode fazer isso é produzindo uma desvalorização maciça do capital constante existente (do capital fixo em particular). Mas Marx também menciona a desvalorização constante de uma parte do capital existente (pela qual presumo que se refira à obsolescência prematura e desvalorizações particularmente de capital fixo como resultado da mudança tecnológica), a transformação de uma grande parte



Revista do Programa de Pós-Graduação  
em Geografia e do Departamento de  
Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709

do capital em capital fixo que não serve como agente direto da produção (por exemplo, investimentos em obras públicas e urbanização, todos os quais poderiam circular com retorno de juros sem qualquer consideração aos lucros do empreendimento) e desperdício improdutivo (tais como os gastos militares, que Marx considerava equivalente a fazer mercadorias serem despejadas no oceano). Ele também nota, de modo importante, que a queda na taxa de lucro pode ser “atrasada pela criação de novos ramos de produção nos quais mais trabalho direto em relação ao capital é necessário, ou onde a força produtiva do trabalho ainda não foi desenvolvida”. Finalmente, a monopolização é tratada como um antídoto para a taxa decrescente de lucro provavelmente por causa da redução da pressão para inovar exercida pela concorrência (Marx, 1973, pp. 750-751).

Isso representa, eu argumentei há muito tempo, “de certa maneira uma enorme variedade de fatores” para ser tomada em conta (Harvey, 1982, p. 178). Alguns deles (como a monopolização e a abertura de novas linhas de produção) podem ser de esmagadora relevância. Outros, como os investimentos em capital fixo em terra e mais genericamente em urbanização, como tentei mostrar em outra ocasião, estão cumprindo um papel crítico (como foi mais obviamente o caso em 2007/2008 e nos seus desdobramentos) na formação de crises e na resolução de crises.

Os teóricos do capitalismo monopolista de Estado, ligados ao Partido Comunista Francês de fins dos anos 1960 (Boccarda, 1974), consideraram a circulação de capital fixo geral em busca de juros como uma maneira de compensar a queda da taxa de lucro (capital constante geral poderia circular com desconto, como ocorreu). A história nos Estados Unidos de sair das crises “construindo casas e as enchendo de coisas” é bem conhecida (e foi crucial nos anos 1960) e está sendo replicada agora na China, onde um quarto do crescimento recente no Produto Interno Bruto (PIB) está sendo atribuído apenas à construção de moradias. Inversamente, as quebras do mercado de propriedades são um gatilho familiar para crises mais gerais, com 2007/2008 sendo o exemplo recente mais óbvio, mas 1928 nos Estados Unidos da América (EUA) sendo o exemplo histórico mais crítico e esquecido (Harvey, 2013b, capítulo 2).

Não é difícil acrescentar algumas outras influências compensatórias. Engels, por exemplo, reconheceu que tempos de aceleração e alta rotação tanto na produção como na circulação (assuntos analisados no Livro 2) poderiam afetar a taxa de lucro, e inseriu (corretamente, penso eu) um capítulo sobre esse tópico no Livro 3 d’*O Capital*, mas não mencionou o seu impacto sobre a queda da taxa de lucro (Marx, 1981, capítulo 4). Essa questão tem sido amplamente ignorada pelos proponentes da lei. Marx vagamente indi-

cou outras possibilidades. Se a produtividade numa dada indústria dobra, então os preços unitários das mercadorias produzidas podem ser cortados pela metade e o total produzido pode ser dobrado (desde que haja uma necessidade, vontade e desejo pela mercadoria apoiada por suficiente demanda efetiva). O efeito seria o de manter o emprego (e a produção de mais-valia) constante na indústria mesmo com a produtividade do trabalho dobrando. Com uma demanda efetiva crescente apoiada em necessidades, vontades e desejos não supridos, o emprego e a produção de mais-valia podem até mesmo crescer. Isso é o que, de fato, ocorreu na história da linha de montagem do Modelo T de Henry Ford, e temos testemunhado um fenômeno semelhante em anos recentes com computadores e celulares. Em todos esses casos, um mundo de consumidores foi criado no qual um luxo rapidamente se tornou uma necessidade, e onde uma crescente (baseada em crédito?) demanda efetiva expandiu o mercado do referido bem. Produtividade crescente, emprego crescente e produção de mais-valia podem confortavelmente andar de mãos dadas em determinadas circunstâncias. É difícil não concluir que no fim das contas lucros podem facilmente tanto subir como cair. Aqui a intervenção de Engels foi crucial porque foi ele quem acrescentou as palavras fatalistas no Livro 3 do *Capital*: “Na prática, todavia, a taxa de lucro vai cair no

longo prazo, como já observamos” (Marx, 1981, p. 337).

No capítulo seguinte do Livro 3, sobre “O desenvolvimento das contradições internas da lei”, as questões se tornam muito mais interessantes. O título enganoso do capítulo foi imposto por Engels. Ele implica que a lei ou tendência permanece intacta mas tem contradições internas, quando na verdade o capítulo é sobre o que acontece quando os pressupostos feitos ao derivar a lei são abandonados. O resultado é um retrato muito mais vasto dos processos de formação da crise com contradições que se entrecruzam. A linguagem muda tanto que as crises são aqui representadas como violentas explosões que servem para restaurar um equilíbrio, não momentos que indicam o fim do capitalismo. Problemas de realização no mercado, a produção para o mercado mundial, relações com formações sociais não-capitalistas, graus de centralização e descentralização do capital, perturbações monetárias e excessos especulativos localizados no sistema de crédito, desvalorizações e a problemática da circulação do capital fixo, tudo é introduzido junto a conceitos tais como o de sobreacumulação de capital, o papel da assim chamada “pletora” de capital e a incapacidade crônica de suprir as necessidades de populações inteiras numa “maneira humana”. Até mesmo um novo surto de acumulação primitiva na forma de “descapitalização” dos capitais existentes aparece. Tudo isso se torna parte da história de forma-



Revista do Programa de Pós-Graduação  
em Geografia e do Departamento de  
Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709



ção da crise. Marx aqui coloca múltiplas questões, enquanto a edição de Engels sugere que ele tinha respostas claras e inequívocas. “O problema é”, diz Gert Reuten (2009, p. 229), um daqueles profundamente familiarizados com os manuscritos, “que Engels, no seu trabalho de editoração, limou a maior parte das preocupações de Marx e assim fez com que parecesse que *Das Kapital*, Livro 3, fosse um texto quase-pronto ao invés de um manuscrito de pesquisa”. Foi tirando desse redemoinho de forças interseccionadas e contradições múltiplas que eu construí, ao longo dos anos, meu próprio sentido de como as crises se desdobram no capitalismo e como a tendência de crise nunca desaparece mas é deslocada (Harvey, 2010).

Então, quais eram algumas das outras contradições e mecanismos que poderiam levar a uma queda da taxa de lucro? No Livro 3 do *Capital*, por exemplo, Marx (1981, p. 615) sugere que “a última razão para todas as crises reais sempre permanece sendo a pobreza e o consumo restrito das massas, em face ao impulso da produção capitalista em desenvolver as forças produtivas como se apenas a capacidade de consumo absoluta da sociedade lhes pusesse um limite”. No Livro 2 também se lê:

Contradição no modo capitalista de produção. Os trabalhadores são importantes para o mercado como compradores de mercadorias. Mas como vendedores de suas mercadorias – a força de trabalho – a sociedade capitalista tem a tendência de restringi-las ao seu preço mínimo. Contradição adiante: os períodos nos quais a produção capitalista exerce todas suas forças regularmente se mostram períodos de superprodução, porque o limite da aplicação das forças produtivas não é simplesmente a produção de valor, mas também a sua realização. Porém, a venda

de mercadorias, a realização do capital mercadoria, e assim também a da mais-valia é restringida não pelas necessidades de consumo da sociedade em geral, mas pelas necessidades de consumo de uma sociedade na qual a grande maioria sempre é pobre e deve sempre permanecer pobre (Marx, 1978, p. 391).

Isso aparece no crucial capítulo 15 do Livro 3 como uma restrição na capacidade de realização devido a “condições antagonistas de distribuição, que reduzem o consumo de uma vasta maioria da sociedade a um nível mínimo” (Marx, 1981, p. 352).

Os comentários acima são raramente tratados na literatura com a mesma seriedade dada à elaboração de Marx sobre a teoria da queda da taxa de lucro. Isso deve ser porque Marx confunde assuntos ao explorar possibilidades opostas. Após observar que é “uma pura tautologia dizer que as crises são provocadas por falta de demanda efetiva ou consumo efetivo” porque o capitalismo “não reconhece qualquer outra forma de consumidor além daquele que pode pagar”, ele então acrescenta que “as crises são preparadas por um período quando os salários em geral crescem e a classe trabalhadora realmente recebe uma fatia maior pela parte do produto anual destinada ao consumo” (Marx, 1981, p. 352). As crises podem, portanto, ocorrer tanto em períodos de salários crescentes da classe trabalhadora e/ou expectativas crescentes como também em períodos de repressão de salários e demanda inadequada. Marx mostrou na sua lei geral de acumulação capitalista como os aumentos de salários acompanhados de fases de acumulação vigorosa cortariam os lucros e assim di-

minuiriam a acumulação (Glyn e Sutcliffe, 1972). As crises podem surgir, pode-se concluir, de muitas direções diferentes. Se os salários sobem demais, então há uma crise de acumulação à medida que a fatia de lucro contrai; enquanto se os salários estão muito baixos, então a falta de demanda efetiva colocará um problema. As crises, conseqüentemente, dependem de condições conjunturais e mesmo altamente localizadas. A teleologia da queda dos lucros dá lugar a contingências flutuantes.

A teoria da queda da taxa de lucro de Marx deve ser tratada, eu concluo, como uma proposição mais contingente do que definitiva. Ela diz que, efetivamente, se há uma queda na taxa de lucro, há aqui uma entre muitas maneiras em que ela pode acontecer. Acaso esse mecanismo em particular seja aquele que está agindo depende, no entanto, de uma análise cuidadosa das dinâmicas realmente existentes. Minha suposição própria é de que as crises produzidas por esse mecanismo são relativamente raras.

De forma alguma isso contradiz o ponto mais abrangente de Marx relativo aos efeitos desestabilizadores e frequentemente perturbadores da mudança tecnológica na história do capitalismo. Esses efeitos estiveram implicados, muitas vezes, na formação da crise mas por motivos bastante díspares. No caso da formação e utilização do capital fixo, por exemplo, as mudanças tecnológicas aceleradas dispararam ondas de desvalorização do capital fixo

existente, incluindo aquele de imensos montantes investidos no ambiente construído e em infraestruturas físicas. Devemos levar a sério a observação de Marx de que “o ciclo de rotações interconectadas abrangendo um número de anos, no qual o capital é mantido rápido pela sua parte de componente fixa, fornece uma base material para crises periódicas” (Marx, 1978, p. 264). Essa observação faz um paralelo com alguns dos argumentos adiantados, relativos ao papel da desvalorização do capital fixo existente como uma influência contrariante sobre a taxa de lucro. Acho interessante, no entanto, que a explicação de Marx sobre essa base material para crises periódicas tenha sido tão pouco comentada comparando com a atenção dispensada à queda da taxa de lucro.

As ondas de mudança tecnológica que tiveram efeito na criação do exército de reserva disponível de trabalhadores desempregados podem, de modo semelhante, retornar à circulação de capital diminuindo a demanda efetiva. A quebra aguda que iniciou a crise de 2007/2008 tem uma aparência bem diferente quando vista a partir da prolongada saga de desindustrialização e desvalorização que varreu os tradicionais distritos de produção industrial ao redor do mundo da década de 1980 em diante. As fábricas no vale do Ruhr, no Meio-Oeste americano, na Grã-Bretanha industrial e mesmo em Mumbai foram fechadas, em parte como um resultado de revoluções nas tecnologias de transporte e comunicações que tornaram



Revista do Programa de Pós-Graduação  
em Geografia e do Departamento de  
Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709

possível uma nova globalização. Enquanto alguns possam reclamar que todas essas foram crises localizadas e não gerais, tragando lugares como Detroit, Essen, Sheffield, Mumbai e cidades industriais no norte da China, acontece que nunca houve um crise global real em que todo mundo em toda parte tenha sido simultaneamente tragado, mesmo dentro do que genericamente nos referimos como o “mundo capitalista” (ou seja, não incluindo aquela parte do mundo externa às redes de comércio do capital). Houve, na verdade, vários lugares que foram parcamente afetados pelos eventos de 2007/2008 (muito da América Latina, por exemplo), enquanto a prolongada, corrosiva e dolorosa desindustrialização dos centros de manufatura tradicionais, durante o período de 1980 a 2000, foi sentida em todo o mundo capitalista. Então, talvez devamos distinguir entre as quebras agudas e breves, como aquelas de 1929, 1973, 2007/2008, e os ajustes prolongados que Marx encontrou após 1873 e que remodelaram totalmente a face do capitalismo durante os anos 1980.

Então será que tem havido uma tendência geral de queda da taxa de lucro ao longo do tempo, como muitos economistas marxistas sustentam? E como a queda da taxa, se existe, explica uma crise que, ao menos na superfície, foi uma crise comercial e financeira que começou nos mercados de moradia da Califórnia, Arizona, Nevada, Flórida e Georgia (com aberrações na Espanha, Irlanda, Hungria e vários outros países)

antes de se espalhar pelo mundo por contágio num sistema financeiro global que infectou todos os tipos de setores de maneira diferenciada, em intensidades distintas e em diferentes lugares e tempos?

Antes de me submeter pacificamente ao peso das provas empíricas que foram amealhadas por Roberts e muitos outros proponentes da teoria da queda da taxa de lucro, algumas perguntas sérias têm que ser feitas. Uma vez que não sou inclinado ou qualificado para tentar uma sofisticada contra-análise dos conjuntos de dados, irei confinar minhas considerações a algumas observações bastante gerais sobre a dificuldade do levantamento de dados relevantes e significativos.

Dados que mostram uma queda da taxa de lucro não necessariamente confirmam a existência do mecanismo específico ao qual Marx apelava. Esta é, para mim, a objeção mais importante para a maior parte da literatura sobre a matéria em questão. Taxas de lucro podem cair pelos mais distintos motivos. Como vimos, a falta de demanda efetiva agregada suficiente no mercado pode produzir lucros decrescentes, assim como podem salários impelidos pela luta de classe ascendente. Quando a mudança tecnológica é introduzida, então o efeito em cadeia deve produzir maiores desigualdades. Na ausência de qualquer força oponente ou contrariante o rico se torna mais rico e o pobre, mais pobre. Assim é como funciona a lei geral de acumulação capitalista. Por outro lado, uma

classe trabalhadora organizada apoiada por instituições estatais poderosas poderia forçar as taxas de salários a subir a ponto de gerar uma crise de lucros decrescentes. Isso ocorreu durante o período de 1965 a 1975 na América do Norte e na Europa, quando salários subiram, lucros caíram e a produtividade estagnou, graças a um poder recalci-trante da classe trabalhadora.

Restrições e escassez de recursos (particularmente no que concerne a alimentos, energia e matérias-primas) podem levar a lucros decrescentes pelo mecanismo que Ricardo descreveu. Não é necessário apelar aos limites malthusianos impostos pela natureza para fazer esse argumento. A escassez pode ser orquestrada pela atividade especulativa e restrições na demanda efetiva. A escassez de petróleo e a de alimentos são claramente manipuladas para se extrair rendas maiores. O poder monopolista crescente e, talvez até mais importante para os nossos dias, os poderes crescentes da extração de renda podem levar a lucros decrescentes do capital industrial. Marx admitiu que rendas decrescentes poderiam aumentar os lucros, então por que não aceitar também que rendas crescentes poderiam ter o efeito oposto? A renda sobre o capital monetário propriamente dito (juro) é entendida pelas condições de demanda e oferta, concorrência e o poder real de classe dos financeiros. Os rentistas, longe de sofrerem a eutanásia que Keynes otimistamente previu, estão atualmente esculpindo nichos para obter fatias cada vez maio-

res de excedente às expensas de capitalistas industriais, o que significa retornos decrescentes para os produtores diretos.

Existe toda sorte de motivos para que as taxas de lucro possam cair e não é um amontoado de gráficos retratando as taxas decrescentes de lucro que nos darão qualquer motivo para aceitar qualquer mecanismo particular em detrimento de outro. O único caminho adiante aqui seria mensurar os impactos diretos da mudança da produtividade do trabalho sobre as taxas de lucro. Ao medir a produtividade do trabalho, Marx distinguiu entre a composição orgânica do capital e a composição-valor do capital: a primeira sendo definida pela razão entre capital constante e variável dentro de uma empresa ou mesmo dentro de um setor inteiro ou “departamento”, enquanto a última mede a produtividade para o capital como um todo. A maior parte dos teóricos trata os dois termos como sinônimos embora eles não sejam. Ambos os casos são altamente sensíveis aos tempos de rotação (de capital fixo em particular) e ao grau de integração vertical na produção (Harvey, 1982, p. 125-133). A forma da organização industrial é um ponto crucial à sua mensuração. Imagine uma mina de ferro sobre a qual é construída uma siderúrgica que alimenta diretamente a produção de carros. O capital constante seria aquele usado na mina de ferro mais os *inputs* de energia e capital fixo nas outras fases de um tal sistema integrado de produção. A maior parte do valor total seria atribuída



Revista do Programa de Pós-Graduação  
em Geografia e do Departamento de  
Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709

àquele adicionado pelo trabalho. Agora separe o processo acima em firmas separadas produzindo minério de ferro, aço e então carros. O capital constante em média iria crescer ao passo que a participação do trabalho iria cair marcadamente. Enquanto o exemplo que uso possa parecer um pouco extremo, considere como o aumento na subcontratação nesses últimos 40 anos deve ter afetado as composições-valor dentro de firmas e em setores inteiros.

Ao passo que é possível reconhecer a composição orgânica média do capital dentro de uma empresa ou até mesmo em indústrias ou “departamentos” (como especificado no Livro 2 do *Capital*), a composição-valor para o capital como um todo aparece na melhor das hipóteses como tautológica e na pior como um conceito totalmente incoerente. Isso é assim porque a única medida de produtividade relevante para o capital é a produção de mais-valia, e isso é o que mudanças na produtividade deveriam explicar (Marx, 1976, p. 644). Existe todo tipo de outros problemas: o capital constante é o valor do capital empregado (incluindo capital fixo de longa vida) ou o valor do capital consumido (a fração de valor de capital fixo desgastado) num período produtivo (ou qual duração)? Estão os capitalistas interessados na taxa ou na massa de mais-valia?

O segundo problema principal surge porque Marx especificou sua teoria em termos de valor, enquanto os dados usados para prová-la ou ilustrá-la são expressos em termos monetá-

rios. Dinheiro não é equivalente a valor, mas uma representação indispensável de valor. A relação entre valor e sua representação como dinheiro é profundamente contraditória: a generalidade de valores sociais imateriais era tradicionalmente representada pelas materialidades particulares do ouro e da prata como mercadorias; assim é como a imaterialidade de uma relação social adquire sua forma representativa material. O problema é que as condições particulares da produção de ouro substitui a generalidade de todo o trabalho humano e que a sociabilidade do valor é, desse modo, aberta para a apropriação por pessoas privadas. O dinheiro, então, adquire um poder social que pode ser usado como um instrumento de dominação e controle de classe. Quando a base metálica do sistema monetário mundial foi abandonada nos anos 1970, entretanto, o dinheiro assumiu uma vida toda própria tal que pôde divergir substancialmente daquilo que deveria representar. O poder disciplinador uma vez exercido pelo ouro e pela prata é substituído pelos poderes disciplinadores dos bancos centrais. O foco do fetiche das autoridades monetárias no controle da inflação, após 1980 aproximadamente, é um claro indicador dessa virada. Por outro lado, quando o Federal Reserve injeta trilhões ao suprimento de dinheiro [*money supply*] por meio de *quantitative easing* [flexibilização quantitativa], isso não tem qualquer relação necessária com a criação de valor. A maior parte desse montante parece ter

ido parar no mercado de ações para impulsionar o valor de ativos que são tão importantes para os ricos e poderosos.

Não existe nada, Marx nota, que previna uma divergência não apenas quantitativa mas qualitativa entre os preços de mercado e os valores, a tal ponto que mesmo honra, consciência, terra virgem, emissões futuras de carbono e Deus sabe o que podem ser vendidos como se fossem mercadorias, quando eles claramente não são (Harvey, 2014, contradição 2). O investimento em corrupção (ou sua versão legalizada chamada *lobby*) é um grande (e lucrativo) negócio nos nossos dias. Alguns dos negócios mais lucrativos são ilegais e as várias máfias ao redor do mundo são grandes centros de acumulação de capital. Um *lobby* bem feito pode aumentar os lucros substancialmente em certos setores sem investir nada na produção. É bem mais lucrativo para indústria de energia investir em *lobby* do que instalar tecnologias de redução de poluição em usinas termoeletricas.

A lucratividade da construção civil é altamente dependente de movimentos especulativos nos preços de moradia e na extração de renda (tanto da terra como de juros) via sistema de crédito. A taxa de lucro em valor, como Marx a define, tem pouca ou nenhuma relação com a lucratividade de um tênis da Nike cujo valor monetário foi aumentado por uma bem sucedida campanha publicitária (a propaganda produz valor?; Arvidsson e Pieterston, 2013). Um preço no mercado de ações, de

maneira semelhante, depende tanto quanto da reputação como da atividade e da capacidade produtiva. Essa lacuna entre a criação de valor e o que o dinheiro faz se torna cada vez maior. A contradição entre o valor e sua representação é geralmente ignorada por aqueles que usam medidas monetárias como uma prova definitiva de uma teoria especificada em termos de valor. Ela alicerça a teoria do capital fictício de Marx.

Isso não significa que os dados sobre lucro são inúteis. Bem ao contrário. Vivemos no mundo do dinheiro e agimos na presença obscura do valor que ele representa. A taxa de lucro em dinheiro é real; afinal de contas, negócios fecham as portas se não conseguem o suficiente dele. Existem os sinais monetários que afetam nossas vidas, nossos comportamentos e frequentemente nossas ações. Proponentes de políticas olham para os agregados monetários e planejam estratégias para guiar a economia – também uma ficção muito real – por esse caminho ou por aquele dependendo de qual interesse de classe se está a serviço ou se servindo de. Provas convincentes de que a taxa de lucro monetária está caindo é um fato social significativo que afeta a todos nós e ao qual nós tipicamente reagimos.

Mas existem algumas questões delicadas que têm que ser negociadas. Existe uma lacuna entre onde o lucro (valor) é produzido e onde ele pode ser realizado. O valor produzido nas fábricas da China pode ser realizado pelo Walmart nos Estados Unidos e parte do que o



Revista do Programa de Pós-Graduação  
em Geografia e do Departamento de  
Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709

Walmart realiza em Oklahoma pode ser tomada por rentistas ou financistas da cidade de Nova York (Marx, 1978, capítulos 1 a 4; Harvey, 2013a). A taxa de lucro registrada na manufatura pode estar caindo porque as extrações de comerciantes, financistas e proprietários fundiários podem estar subindo. A taxa de lucro marginal da Apple (nos EUA) é relatada como sendo de 27%, enquanto a Foxconn (na China) que produz os computadores da Apple relata uma de 3%. A relação de poder entre o capital comercial e o produtivo impede a equalização da taxa de lucro. De maneira inversa, como Marx aponta, as taxas de lucro na indústria podem subir com a redução de rendas e impostos. Os produtores diretos podem conceder maiores salários e receber menores lucros, mas os trabalhadores podem ter, então, seus rendimentos extraídos novamente por proprietários fundiários, comerciantes, companhias de telefone e cartão de crédito, e outros predadores do tipo. O capital é um fluxo, assim como são as receitas geradas da produção de valor, e os padrões de tais fluxos são intrincados. Os dados coletados num ponto do sistema podem ou não representar de maneira acurada os movimentos da totalidade.

Todos os tipos de outras considerações podem afetar os lucros relatados. Muito do comércio mundial ocorre dentro de corporações que fixam acordos internos de custos de transferência através de fronteiras de moedas nacionais de tal modo a mascarar seus

lucros ou registrá-los naquela jurisdição com a menor taxação possível. Às vezes, parece que a única razão das corporações publicarem quaisquer lucros anuais é alavancar seus preços de ações. Os dados de lucro monetário nos dizem alguma coisa, mas exatamente o que nem sempre é fácil de acessar.

Há boas razões para ser cético, portanto, com alguns dos conjuntos de dados disponíveis. Relatórios na imprensa econômica hoje em dia sugerem que os negócios nos Estados Unidos estão operando com uma alta taxa de lucro, enquanto as séries de dados que Roberts e outros produzem indicam a conclusão oposta. Um relatório do Federal Reserve mostra um surpreendente crescimento na massa senão na taxa de lucro. “De 2000 até o presente, os lucros trimestrais descontados os impostos de corporações cresceram de US\$ 529 bilhões para US\$ 1,5 trilhão. Numa base anual, o crescimento foi de US\$ 2,1 trilhões para US\$ 6 trilhões em lucros anuais descontados os impostos” (Edsall, 2014). A imprensa econômica também relata que a taxa de reinvestimento está no menor nível registrado. Há pouco interesse na expansão (daí o baixo crescimento e a repressão prolongada de salários), o que alguns atribuem à falta de demanda efetiva. Isso é devido em parte à falta de reinvestimento, mas os três grandes centros de demanda efetiva defasada nos EUA são o mercado de moradia, o Estado e as despesas do governo federal. Parecemos estar numa conjuntura bastante

estranha nos Estados Unidos, na qual a taxa de lucro está alta mas a taxa de retorno do capital novo investido está baixa.

A maior parte dos conjuntos de dados sobre taxas de lucro são compilados de dentro da estrutura do Estado nacional de produção de dados e, salvo raras exceções, não tem qualquer pretensão de representar a situação global (no entanto, veja Maito, s. d.). O que a taxa de lucro é na China, na Índia, na Bolívia ou em Mali (para não dizer da Síria e do Iraque contemporâneos), e como tudo isso pode ser agregado em alguns dados globais sobre a taxa de retorno sobre o capital, é simplesmente desconhecido e provavelmente impossível de conhecer. Um conjunto de dados compilado pelos EUA é útil em si, é claro, mas não pode ser tomado como evidência do que está ocorrendo no capital global, mesmo deixando de lado todas as outras objeções já levantadas.

Existe, todavia, um conjunto de dados que tem relevância potencial como indicador do que pode estar acontecendo no domínio da produção de valor e que é relativamente fácil de produzir. Se a teoria geral da tendência de queda das taxas de lucro estiver correta, então a disseminação das mudanças tecnológicas poupadoras de trabalho (forçadas pela perseguição da concorrência por mais-valia relativa) deveria significar uma tendência para o número de trabalhadores assalariados empregados pelo capital de cair. Sabemos que o emprego na agricultura decresceu

dramaticamente com a industrialização e que a proporção da força de trabalho global na manufatura se manteve razoavelmente constante (isso tem sido verdadeiro até mesmo para a China) apesar da expansão da produção por causa da automação. Isso tende a sustentar a tese da queda da taxa de lucro.

Porém, quando olhamos para a taxa de participação geral do trabalho em uma escala global, vemos um aumento maciço na força de trabalho global. Um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 2007, concluiu, por exemplo, que “em 2005, estimava-se haver 3,05 bilhões de indivíduos na força de trabalho global, um número que representa um aumento de mais de 1,1 bilhão – mais de 35% – desde 1980 (Kapsos, 2007). Muito do crescimento nesses anos foi guiado pelo crescimento populacional e a ascensão de Estados ex-comunistas ao mercado mundial. Num horizonte temporal mais longo, a entrada das mulheres na força de trabalho foi imensamente significativa, junto com a destruição de modos de vida de subsistência camponeses. Sem entrar em detalhes e diferenças regionais (embora estes sejam muito importantes), isso claramente não sugere qualquer decréscimo na força de trabalho global disponível para a criação de valor e extração de mais-valia. O 1,1 bilhão de trabalhadores extra sugere um aumento dramático nas expectativas de aumento mais do que de queda das taxas de lucro. Isso fala de uma situação em que a mais-valia abso-



Revista do Programa de Pós-Graduação  
em Geografia e do Departamento de  
Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709



luta é tão fácil de se apropriar quanto a mais-valia relativa.

O único argumento contra essa conclusão é que o aumento na força de trabalho assalariada ativa foi absorvida em trabalho improdutivo, ou que não foi sequer empregada pelo capital (por exemplo, como guardas de segurança para os ultra-ricos). Muito do influxo é certamente atribuído ao crescimento da assim chamada economia de serviços mais do que ao emprego crescente em agricultura, mineração e manufatura. Porém, a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo não é fácil. Como muitas das categorias de Marx, ela se tornou cada vez mais obscura quanto mais ele se distanciava da visão de Adam Smith e abraçava a ideia de que a produção de valor envolvia o trabalhador “coletivo” mais do que o individual, e quanto mais ele buscava integrar ciência, tecnologia e produção de conhecimento no conceito de atividades produtoras de valor (Vercellone, 2007). Mesmo nos atendo às suas definições mais restritivas, existem muitas situações onde o que normalmente chamamos de serviços são atividades claramente produtoras de valor.

Por exemplo, Marx (1978, pp. 225-229) insistia que o setor de transporte é produtor de valor e potencialmente de mais-valia. A explosão do setor de logística está, assim, impregnada de produção de valor e de mais-valia. Enquanto a General Motors vem sendo substituída pelo McDonalds como uma das maiores empregadoras de trabalho, por que diríamos que fazer um carro é produtor de

valor ao passo que fazer um hambúrguer não é? Restaurantes são produtores de valor e de mais-valia (mesmo garçons podem ser vistos como “trabalho social” na produção de valor). Tudo o que temos que fazer, então, é sugerir que os designers subcontratados, as agências de publicidade, os cientistas e os técnicos, mesmo os consultores e os contadores são todos parte do trabalho social, e, com isso, estamos bem próximos de entender uma porção muito significativa do 1,1 bilhão de trabalhadores extra no campo da produção de valor. A confusão ocorre porque o que é convencionalmente definido como serviços, em geral, acaba se revelando atividades produtivas. Se Marx está correto ao argumentar que a definição de trabalho produtivo é qualquer um que crie uma mais-valia que possa ser apropriada pelo capital, então a educação e os serviços de segurança visando lucro (por exemplo, professores e guardas) são trabalhadores produtivos. “Um professor”, diz Marx (1976, p. 644), “é um trabalhador produtivo quando, além de trabalhar as cabeças de seus pupilos, ele trabalha sobre si mesmo para enriquecer o proprietário da escola. Que o último tenha despendido o seu capital numa fábrica de ensino, ao invés de numa fábrica de salsichas, não faz qualquer diferença para a relação”.

Em muito do mundo capitalista avançado a maior parte das grandes fábricas há muito deixou de existir e, assim, pareceria que o trabalho produtor de valor e de mais-valia desa-

pareceu. Mas quando paro na esquina da 86 com a 2ª Avenida em Manhattan, eu vejo inúmeros motoristas de entrega, de ônibus e *taxis*; os trabalhadores da Verizon e Con Edison perfurando as ruas para instalar os cabos; rua abaixo as tubulações de água estão sendo consertadas enquanto outros trabalhadores estão construindo um novo metrô; trabalhadores estão colocando um andaime de um lado da rua e retirando outro do lado oposto; as cafeterias estão fazendo cafés; e os trabalhadores das lanchonetes de 24 horas estão fazendo ovos mexidos e servindo sopas. Esses são os tipos de empregos (ao lado de todos os tipos de fábricas de ensino) que cresceram de maneira marcante nos últimos tempos, e todos são produtores de valor e de mais-valia. Se apenas metade dos empregados na produção e reprodução da vida urbana estiverem empregados na produção desse tipo de valor e de mais-valia, então isso facilmente compensa as perdas devido à industrialização da agricultura e à automação da manufatura.

Essa força de trabalho em rápida expansão tem muito pouco poder de barganha coletiva (comparada com o trabalho fabril de muito tempo atrás) para frear a exploração. As condições mais para o aumento do que para a queda da lucratividade estão, portanto, bastante dadas. Certamente, a massa de mais-valia tem crescido mesmo se a taxa de lucro estiver caindo. Não é de se esperar, no entanto, que a imensa expansão na participação da força de trabalho que ocorreu nos últimos

40 anos se repetirá um dia. Há ainda significativas reservas de trabalho intocado na África e um tanto no Oriente Médio e no Sul e Sudeste Asiáticos. Mas a absorção de mulheres no mercado de trabalho e a entrada da China e de países do antigo império soviético na concorrência do mercado de trabalho global não podem ser repetidas, e qualquer queda nas taxas de crescimento da população (já negativas em grande parte do sul da Europa e no Japão) devem mudar as condições de lucratividade em algum momento no futuro. Nesse exato momento, entretanto, aqueles que atribuem as dificuldades do capitalismo contemporâneo à tendência de queda da taxa de lucro estão, a julgar pelas provas de aumento da participação do trabalho, seriamente enganados. As condições sugerem um vasto aumento e não uma constrição na produção e extração de mais-valia.

Pode parecer que estou implicando desmedidamente com os teóricos da queda da taxa de lucro e os expondo para criticar. Eu o faço, no entanto, porque de todas as teorias de crise divergentes que surgiram na tradição marxista, essa mantém uma posição icônica no imaginário marxista e é tipicamente apresentada de tal maneira a desconsiderar todas as outras possibilidades que Marx apresentou.

Não existe, eu acredito, uma única teoria causal da formação de crise na obra de Marx. O próprio Marx (1972, p. 120) deixou isso claro. “As condições existentes na produção



Revista do Programa de Pós-Graduação  
em Geografia e do Departamento de  
Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709

burguesa”, escreveu, “são reconciliadas por um processo de ajuste, que, ao mesmo tempo, no entanto, manifesta-se como crises, violenta fusão de fatores desconectados operando independentemente um do outro, embora correlacionados”. Muito de sua pesquisa focou nesses tipos de fatores desconectados mas correlacionados que se juntam em crises particulares. Isso solapa a teleologia da queda da taxa de lucro e a substitui por forças contingentes que se movem numa ou noutra direção dependendo do intercurso de contradições múltiplas, porém correlacionadas. O capitalismo, para resumir, move sua tendência de crise ao redor, geograficamente, setorialmente e de um ponto nodal para outro (como dinheiro, mercadoria ou produção, por exemplo) dentro do processo global de circulação do capital (Harvey, 2010). As múltiplas contradições e tendências internas de crise do capitalismo são perpetuamente

recriadas mesmo quando aparecem em diferentes disfarces (Harvey, 2014). A relação entre o que é sistêmico e o que é conjuntural começa a se fundir conforme se aguça. Acredito que essa foi a determinação a que Marx foi se aproximando à medida que seus estudos progrediram. E mesmo que não fosse, a complicada história do capital sugeriria que assim é que deveríamos pensar dela no aqui e agora. Enquanto Marx estava, creio eu, correto de nunca largar aquele princípio das muitas barreiras que a acumulação de capital tinha que confrontar, sendo o próprio capital a maior delas, e que o capital, como muitos outros sistemas orgânicos, estava destinado em algum ponto a mutar ou morrer, ele precisava de uma teoria cada vez mais nuançada de como e por que as coisas seriam assim. Como bons materialistas históricos-geográficos, deveríamos certamente estar perseguindo o mesmo objetivo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARVIDSSON, A. e PIETERSEN, N. *The Ethical Economy: Rebuilding Value after the Crisis*. Nova York: Columbia University Press, 2013.

BOCCARA, P. *Etudes sur le Capitalisme Monopoliste d'Etat, as Crise et son Issue*. Paris: Seuil, 1974.

CARCHEDI, G. *Behind the Crisis: Marx's Dialects of Value and Knowledge*. Leiden: Brill, 2011.

EDSALL, T. America Out of Whack. In: *New York Times*. Opinion Section, 23 de setembro de 2014.

GLYN, A. e SUTCLIFFE, R. *British Capitalism, Workers and the Profit Squeeze*. Harmondsworth: Penguin, 1972.

HARVEY, D. *A Companion to Marx's Capital*. Volume 2. Londres: Verso, 2013a.

\_\_\_\_\_. *The Enigma of Capital*. Londres: Profile Press, 2010.

\_\_\_\_\_. History versus Theory: A Commentary on Marx's Method in Capital. In: *Historical Materialism*. Vol. 20, n. 2, p. 3-38, 2012.

\_\_\_\_\_. *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982.

\_\_\_\_\_. *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. Londres: Verso, 2013b.

\_\_\_\_\_. *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism*. Londres, Profile Press, 2014.

HEINRICH, M. Crisis Theory, the Law of the Tendency of the Profit Rate to Fall, and Marx's Studies in the 1870s. In: *Monthly Review*. Vol. 64, n. 11, 2013. Disponível em: <<http://monthlyreview.org/2013/04/01/crisis-theory-the-law-of-the-tendency-of-the-profit-rate-to-fall-and-marxs-studies-in-the-1870s/>>.

\_\_\_\_\_. Reconstruction or Deconstruction? Methodological Controversies about Value and Capital, and New Insights from the Critical Edition. In: BELLOFIORE, R. e FINESCHI, R. (orgs.) *Re-Reading Marx: New Perspectives after the Critical Edition*. Londres: Palgrave Macmillan, 2009.

KAPSOS, S. World and Regional Trends in Labour Force Participation: Methodologies and Key Results. In: *Economic and Labour Market Papers*. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 2007.

KLIMAN, A. *The Failure of Capitalist Production: Underlying Causes of the Great Recession*. Londres: Pluto Books, 2012.

MAITO, E. E. The Historical Transience of Capital: The Downward Trend in the Rate of Profit since XIX Century. Artigo não publicado, Universidade de Buenos Aires, Argentina, s. d.

MARX, K. *Capital*. Livro 1. Harmondsworth: Penguin, 1976.

\_\_\_\_\_. *Capital*. Livro 2. Harmondsworth: Penguin, 1978.

\_\_\_\_\_. *Capital*. Livro 3. Harmondsworth: Penguin, 1981.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse*. Harmondsworth: Penguin, 1973.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Janeiro-Junho, 2019  
ISSN 2175-3709

\_\_\_\_\_. *The Theories of Surplus Value*. Volume 3. Londres: Lawrence & Wishart, 1972.

MOSELEY, F. The Development of Marx's Theory of the Falling Rate of Profit in the Four Drafts of Capital. Artigo apresentado no Simpósio MEGA, no Institute for Economic and Historical Research, Amsterdam, 10-12 Outubro, 2014.

\_\_\_\_\_. *The Falling Rate of the Profit in the Postwar United States Economy*. Nova York: St. Martins's Press, 1990.

REUTEN, G. Marx's General Rate of Profit Transformation. In: BELLOFIORE, R. e FINESCHI, R. (orgs.) *Re-Reading Marx: New Perspectives after the Critical Edition*. Londres: Palgrave Macmillan, 2009.

ROBERTS, M. The Nature of Current Long Depression. Apresentação no Marxism 2014, Londres, 11 de julho de 2014.

SHAIKH, A. The First Great Depression of the 21st century. In: PANITCH, G. Albo e CHIBBER, V. (orgs.). *Socialist Register 2011: The Crisis This Time*. Londres: Merlin Press, 2010.

THOMAS, P. e REUTEN, G. Crisis and the Rate of Profit in Marx's Laboratory: Critical Interpretations of the Grundrisse. Londres, Haymarket, 2014.

VERCELLONE, C. From Formal Subsumption to General Intellect: Elements for a Marxist Reading of the Thesis of Cognitive Capitalism. In: *Historical Materialism*, v. 15, p. 13-36, 2007.